

Eduardo Magalhães Ribeiro¹

*Agregados e fazendas no nordeste
de Minas Gerais²*

Agrego

Agregação, agrego ou moradia de favor – a denominação variou ao longo do tempo e das regiões – foi uma instituição corriqueira na sociedade brasileira até meados do século XX, tão frequente quanto o posseamento de terras, o concubinato e o mandonismo. Era uma relação subordinada, doméstica, hereditária e generalizada, baseada em reciprocidades que uniam protetor e protegido. Existem referências a agregados aos grandes domínios do Sudeste, aos engenhos do Nordeste e às famílias que emigraram da Bahia nas secas de 1890. A literatura registrou sua presença, compondo a base social dos engenhos descritos por José Lins do Rego e povoando o rural narrado por João Guimarães Rosa; mesmo nas

¹ Economista, professor do DAE/UFLA e do ICA/UFMG, pesquisador bolsista do CNPq e da Fapemig. E-mail: eduardomr@pq.cnpq.br.

² O autor agradece à CAPES, ao CNPq e à Fapemig pelo apoio dado às pesquisas que originaram este artigo.

memórias urbanas de Helena Morley aparece uma agregada vivendo de favor, no leva e traz de fuxicos entre as casas dos familiares da autora.

Na sociedade rural a instituição foi baseada em dependência pessoal, mobilidade espacial, acesso quase sem restrições à terra e produção independente. Mas ficou difícil compreender o agregado depois que foi reduzido o tamanho das famílias urbanas e a modernização agrícola privatizou os recursos naturais: como pode alguém viver e produzir numa terra de outro sem contrato estável de trabalho, sem pagar aluguéis, sem relação de parentesco?

Este artigo analisa a agregação no Mucuri e Baixo Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. Essa região, no domínio de mata atlântica e da grande fazenda de criação, ocupada por imigrantes da mesma origem, apresentou notável unidade histórica, demográfica e ambiental entre meados do século XIX e meados do século XX. Mas a instituição do agregado deve ser mais exatamente situada entre 1890 e 1970. Na última década do século XIX, três fenômenos conformaram a agregação na região: a imigração de baianos geralmente associada à “seca do noventinha”, as imigrações do Alto Jequitinhonha em direção às “terras de matas” e o incremento da pecuária derivado do comércio com a Bahia. A década de 1970 marca a modernização agrária, a aceleração das emigrações rurais e a unificação do mercado interno que colocou em crise a produção rural autárquica.³

³ Sobre a configuração das regiões mineiras nos fins do século XIX consultar Wirth (1982); sobre movimentos migratórios, ver Brito e Souza (1995) e Martine (1994); sobre migrações no nordeste mineiro, consultar Ribeiro (1996) e Duarte (1972); sobre modernização agrária, consultar Delgado (1985); sobre unificação de mercados, ver Diniz (1981).

A região, uma das últimas fronteiras agrícolas do Sudeste, entre começos do século XIX e meados do século XX recebeu lavradores, aventureiros e deserdados, atraídos pela terra *nova* da mata, ou expulsos para lá pela partilha da herança, pela expansão populacional ou pelo esgotamento dos recursos naturais nas áreas de origem. Assim foi disseminada essa relação, que era sujeita a normas costumeiras e consensuais que variaram ao longo do tempo, dos lugares, do ritmo de avanço da fronteira agrícola e das oportunidades para emigrar. Sendo também relação cotidiana, tendeu a ser naturalizada e nos registros sobre a sociedade rural aparece incorporada à paisagem das fazendas, tão discreta e necessária quanto as aguadas, pastagens e salinas.

Para compreender a instituição foram combinadas diferentes fontes. A dinâmica do agrego foi apreendida nos estudos sobre mobilidade espacial da população rural, sistemas de lavoura e estoques de recursos naturais; essas fontes permitiram compreender o mando do fazendeiro e as relações sociais e produtivas à luz da oferta de terras novas e da migração. Memórias escritas, como autobiografias, crônicas e monografias sobre municípios, e fontes manuscritas – diários, cartas e contas-correntes de fazendas – foram essenciais para compreender a rotina do agrego. Apesar desses documentos serem registros parciais, pois poucos agregados sabiam escrever e geralmente aparecem nos documentos como parte interessada em acertos de contas, são valiosos por revelar a intimidade entre o anotador e o agregado e por ser possível cotejá-los com fontes orais e escritas. Alguns desses documentos cobrem longos períodos e anotam detalhes da vida de agregados, como casamentos, brigas e fugas. Foram usados no artigo arquivos das

fazendas Gameleira (1917-1939) e Sul América (1943-82) do município de Itaobim, Córrego Seco (1948-1983) de Novo Cruzeiro, Jatobá e Butequim (1960-1970) de Teófilo Otoni, Araguaia (1946-1958) de Carlos Chagas, além da correspondência dos fazendeiros Germano Cunha Mello (1950-1970, Teófilo Otoni) e Wilson Tiná Trindade (1940/1980, Itaobim).

Outra fonte usada foi a memória dos antigos agregados e fazendeiros. Mas a lembrança é uma fonte móvel e, principalmente, interativa; depende do entrevistador e às vezes do humor do entrevistado. É um dado para ser criticado de forma diversa, por exemplo, de um registro de venda de gado. Dadas essas sutilezas, a lembrança foi usada aqui quase sempre superposta a outras fontes do mesmo período, como biografias, contas-correntes e monografias, para que se balizassem.⁴

Documentos de fazendas e depoimentos estão distribuídos por cinco municípios do Baixo Jequitinhonha e quatro outros do Mucuri, compreendendo espaços dominados por fazendas em momentos diferentes dos deslocamentos da fronteira agrícola, dos mercados de gado e do fluxo de emigrações, revelando momentos diferentes das relações entre terra, trabalho e negócios.

Nas partes seguintes o artigo comenta a literatura sobre o tema; em seguida identifica as origens do agrego. A quarta parte analisa o trabalho nas fazendas e a quinta, as singularidades da instituição. Por fim, a sexta parte analisa o declínio da relação.

⁴ Sobre memória e fontes orais, consultar Benjamin (1986), Bosi (1979) e Thompson (1992).

Fazenda e agrego

Agregação foi um assunto tratado por quase todos os autores que estudaram o rural brasileiro. Maria Isaura Pereira de Queiróz (1957: 204) situava os agregados na “periferia mal delineada” das grandes famílias, vivendo no que Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974: 104) considerava uma existência de favor, dispensável, dependente “das dádivas de seus superiores”.

A análise do agrego costuma exaltar o mando pessoal que marcou o rural *carrancista* – como se diz no Jequitinhonha –, a força do poder de quem manda, o bom juízo de quem obedece. Mas sempre há o risco de compreender o agregado apenas em função da fazenda e do mando, elidindo suas escolhas, espelhado em famílias e fazendas alheias. Por isso, quase sempre agregado pode ser compreendido na condição limitada de *eleitor de cabresto*, jagunço ou assalariado, pois ganharia sentido pela submissão, pelos serviços que prestava e favores que recebia.

Foi José de Souza Martins (1981) quem situou o agregado noutra perspectiva, analisando-o a partir dos regimes costumeiros de apropriação fundiária que permitiam separar uso e domínio e autorizavam ao agregado usar uma terra que o fazendeiro se assenhorava pelo domínio. Assim, direitos de agregados fariam parte de direitos de fazendeiros; não existiriam como reflexo e poderiam ser compreendidos à luz das reciprocidades que marcavam essa sociedade. Mireya Suarez (1982) e Klaas Woortmann (1987) também compreenderam a relação desse modo e colocaram em dúvida o caráter estritamente mercantil da fazenda, permitindo relativizar o aspecto exclusivamente útil do trabalho do agregado: a fazenda não conservava agregados apenas para contratá-los para seu serviço. Esses

estudos mostraram também que agregação não foi uma relação singular, pois existiram muitos tipos de agregados, os costumes variando em lugares e tempos diferentes.

Oliveira Vianna (1957) percebeu com clareza essas sutilezas e indicou que história, costumes e meio foram determinantes para entender a relação. Segundo ele, o agregado viveu sob um mando, com pouco trabalho e muita frugalidade, dentro da “lógica” – a expressão é dele – de um domínio fundiário específico. As características da agregação dependeriam do estoque de recursos naturais, da existência de fronteira agrícola, dos regimes agrários e das relações com mercados. Produção independente, mobilidade espacial e subordinação adquiriam sentido à luz de determinadas condições, que conformariam mando, costumes e usos comuns dos recursos naturais na sociedade fazendeira tradicional.⁵

A agregação era relacionada ao poder pessoal que gerava acordos singulares; era relacionada aos recursos naturais, aos costumes e às personalidades dos sujeitos envolvidos; era marcada pela mutualidade e, embora pudesse ser reconstituída a cada geração ou mudança, seria sempre baseada num acordo entre as partes. Agricultores aceitavam, juntos, um mando e as suas ofertas; fazendeiros mandaram enquanto dispuseram de recursos. O agregado se subordinaria à casa, à terra e à família do fazendeiro, mas nos limites da relação decidiria seu próprio destino. Era, também, um sujeito.

⁵ Para Oliveira Vianna (1957: 99), o agregado resultou da “lógica do regime sesmeiro e do regime servil. Falhasse uma dessas condições (...) e esses agregados surgiriam com outros traços sociais.” Ver também Moura (1988), Linhart (2002) e Machado (2006); sobre uso comum de recursos naturais, ver Ostrom (2000) e Acheson (2000).

As origens

A partir dos fins do século XIX, a fazenda de gado se expandiu sobre a floresta atlântica do Mucuri e Baixo Jequitinhonha. Conservava dentro das divisas seu estoque de matas para novas derrubadas, extraía recursos, se apossava da terra ou, às vezes, adquiria posses em troca de uma carga de fumo ou uma mula quatralva. O estoque de recursos naturais era a base do patrimônio do fazendeiro e condição para sujeitar agregados a obrigações políticas, econômicas e pessoais. Embora sempre vendesse gado e outros produtos da indústria doméstica, o fazendeiro mantinha grande parte das suas trocas à margem dos mercados, pelo menos dos mercados de bens tangíveis. Como a fazenda, a agregação na região se baseou na existência de terras *novas* e férteis que permitiam mudar constantemente o lugar das lavouras. Isso garantia a abundância, quase sempre apenas abundância de alimentos. Este é o ponto de partida para compreender as relações entre fazendeiros e agregados, para explicar sua dinâmica espacial e a crise que veio com o esgotamento dos recursos naturais.⁶

O regime agrário dominante na região até meados do século XX supunha a agregação. O fazendeiro oferecia moradia, autorizava a extração e o plantio na terra que *dominava*, garantindo a produção independente do agregado. O contrato eventual do trabalho fazia parte da relação: o agregado trabalhava uns dias para a fazenda, produzia seus alimentos e *recursava* – extraía das florestas e rios. Mas dificilmente sua relação com o fazendeiro poderia ser descrita como apenas econômica ou equivalente ao

⁶ Consultar Maia (1936), Castaldi (1957), Santos (1970) e Duarte (1972; 1976).

assalariamento. Não se exercia o mando apenas sobre o trabalho ou seus frutos; era uma relação parcial de trabalho, mediada por muitas trocas regulares entre sujeitos desiguais. O agregado escolhia o fazendeiro sob cujo mando viveria, num trato que se desfaria por acordo ou com a morte e que nem sempre seria refeito pelos filhos de um ou do outro. Este convívio seria marcado pelas trocas, pela ritualidade e por um mando que era exercido de forma descontínua sobre bens, recursos e pessoas: discreto sobre alguns, ostensivo sobre outros, o mando envolvia direitos e obrigações das partes e supunha domesticidade, hierarquia e certa dose de violência – às vezes, mas nem sempre, reduzida.

Agregação fez parte da história das famílias da região. Era disseminada, conservou lembranças e se formou a partir de origens diversas, que vão das partilhas da herança à *proteção* de indígenas, à mobilidade espacial, à incorporação de posses e às mudanças em contratos de trabalho.

- Partilhas: agrego se originava de partilha de herança quando o *terreno* da família era pequeno demais para ser repartido entre os filhos ou quando a persistência da fazenda exigia que apenas um herdeiro ficasse com a terra; esse costume existia no Jequitinhonha e na Bahia. Então filhos e genros se agregavam àquele herdeiro que recebia a terra ou se agregavam a outra fazenda.⁷
- *Proteção* de indígenas: até fins do século XIX índios acossados por grupos indígenas inimigos e/ou “portugueses matadores de aldeias” se agregavam a colonos “fortes”. Em troca da “proteção” forneciam colheitas, serviços e amantes aos colonos. Este trato,

⁷ Ver Castaldi (1957), Santos Filho (1957), Santos (1970) e Martins (1981) sobre parentesco, migração e agrego.

frequente nas anotações de religiosos e agentes indígenas, era denominado “capacitação de índios”. As terras *novas* da fronteira agrícola permitiram que a *recursagem* indígena sobrevivesse como parte do sustento, a lavoura de coivara substituindo a mata perdida, o agrego substituindo a segurança da tribo.⁸

- Mobilidade: o sitiante da Bahia, norte mineiro ou rio Pardo, tangido por seca, esgotamento de fertilidade ou perda de herança, rumava para possuir na fronteira agrícola; quando a terra possuída na mata se “cansava” – como se dizia – ele novamente era obrigado a emigrar: se todas as terras virgens já estivessem dominadas por fazendas, não havia escolha fora da agregação.⁹

- Incorporação de posses: ocorria quando um fazendeiro expandia seu domínio para área ocupada por posseiro e impunha seu mando sobre a terra; o posseiro podia enfrentá-lo ou agregar-se; geralmente se agregava. Esses casos foram frequentes nos anos finais da fronteira agrícola; posseiros costumavam mesmo oferecer as áreas para a fazenda incorporar, às vezes em troca de pequeno pagamento, às vezes buscando proteção contra outros fazendeiros, mas quase sempre visando o direito de plantar nas terras virgens ainda *descansadas* dessas fazendas.¹⁰

⁸ Consultar Ottoni (1858), Timmers (1969), Saint-Hilaire (1975), Tetteroo (1919, 1922). Relatos desta agregação são frequentes em memórias de tribos (Cultrera, 1910; Palazzollo, 1973; Marcatto *et al.*, 1980; Soares, 1992); ver também Albino (1956: 167) sobre trabalho não pago em fazendas patriarcais.

⁹ Ver Duarte (1972), Santos (1970), Tetteroo (1919) e Palazzollo (1973) sobre a relação entre migração e agrego.

¹⁰ Castaldi (1957) descreve um caso em que, cansado de enfrentar abusos de fazendeiros, o posseiro concluiu que “*terra era bestagem*” e

- Mudanças de contratos: ocorria quando o fazendeiro contratava um trabalhador para serviço “*a jornal*” ou empreitada, fornecendo também casa e lugar de plantio; acabado o serviço, a relação sedimentava a troca de favores, direitos e obrigações, e se transformava num novo trato, num agrego como todos os outros.¹¹

Mas a dinâmica da agregação na região – por ter origens diversas, depender de recursos naturais e exigir mobilidade espacial – podia fazer um agricultor passar por várias situações: de índio protegido a posseiro, e seus filhos excluídos da herança da terra se agregariam ao irmão ou, de novo posseiros, seriam incorporados a uma fazenda, ou iriam para a mata e, ao encontrá-la posseada, buscariam uma empreitada... A fazenda também podia reter e perder agregados de maneiras diversas: posseiros absorvidos, herdeiros excluídos, avulsos contratados, que ficariam por gosto, pela abundância, por falta de escolha. A relação colocava agricultores em posições subordinadas, mas também os empurrava para novas posições subordinadas e, por gerações, por escolhas determinadas pelos recursos da terra, pela opressão ou suavidade do mando, o agrego sustentou a ordem e a dinâmica da fazenda.

se agregou. Vicente Nica, líder camponês lendário do Jequitinhonha, narra assim essa situação: “*O povo vivia no costume, ocupando as terras. E o grande vinha e ficava por cima, (...) tentando pegar um pedaço (...). Pronto: esse ficava lá, dominado pelo grande.*” (Alves et al., 1993: 16). Ver casos descritos em Tetteroo (1922), Santos (1970) e Dias (1984). Quando surgiram, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais impuseram uma nova leitura desses casos, que passaram a ser tratados como grilagem, e agregados foram retransformados em posseiros nas causas postas na Justiça; ver Joaquim de Poté (1996).

¹¹ Essa relação originada do serviço foi relatada em entrevistas; com José Curralinho (Mucuri), Zeca Figueiredo (Jequitinhonha) e Adelino Pereira (Mucuri), entre outros.

Feijão de si mesmo

“O Mucuri”, jornal de Teófilo Otoni, descreveu em 1927 a fazenda do capitão Alexandre Pacheco: compreendia perto de 750 hectares com pastagens e matas, 22 hectares de café, 2.000 bananeiras que sustentavam 50 suínos; 20 hectares de canavial que produziam anualmente 200 cargas de aguardente e 200 de rapadura. Além disso, havia armazém de ferragens e louças, muitas lavouras de mantimentos e 43 famílias de agregados.

Dada a composição familiar da época, essas 43 famílias deveriam contar 250 pessoas. A área média de terra por família moradora – incluindo pastagens e matas, que nos anos 1920 ocupavam perto de 30% do território mineiro – ficava em 17,44 hectares, considerando 2,5 trabalhadores ocupados por família. Essa fazenda ocupava um trabalhador para cada 7 hectares, média elevada de ocupação de trabalhador rural por área: em 1980, por exemplo, o Censo Agropecuário apontaria para Minas Gerais média de uma ocupação para cada 20,29 hectares.

Mas, naquela época, esse nível de ocupação era frequente. Os registros da fazenda Araguaia (Mucuri) indicam que, entre 1930 e 1970, lá viviam 80 famílias de agregados, perto de 500 moradores em 1.700 hectares; incluindo as matas que até os anos 1960 ocupavam 30% da área, contando 2,5 trabalhadores-família, haveria uma ocupação por 8,50 hectares. Na fazenda Córrego Seco (Jequitinhonha), essa média atingia um trabalhador por cada 5,40 hectares; na Sul América (Jequitinhonha), um trabalhador para 7,36 hectares; na Jatobá (Mucuri), um trabalhador para 8,80 hectares. Essas médias de ocupação por hectare são semelhantes àquelas observadas na agricultura familiar dos fins do século XX, e a semelhança não acaba aí:

até os anos 1970 essas fazendas produziam quase todo seu consumo – criavam zebu, inclusive. Os agregados, dedicando parte de seu tempo aos seus roçados e parte ao serviço da fazenda, produziam quantidade grande e variada de alimentos.¹²

A rede de obrigações que a fazenda estendia ao agregado costumava incluir o contrato eventual do trabalho, que não era obrigatório, embora houvesse exceções definidas pelo arbítrio de um fazendeiro que os prendia ao trabalho. Mas desses fazendeiros, prepotentes e abusados, os agregados fugiam. Geralmente o fazendeiro preferia escolher quem contratava, selecionando *seu* trabalhador, decidindo quem colocaria a seu serviço, evitando aqueles considerados preguiçosos e indisciplinados.

Havia um trato mais costumeiro: a extração era liberada, a terra cedida para lavoura e permitidas derrubadas de matas para renovar lavouras a cada três ou quatro anos. O agregado se sustentava, na média, com 30 dias de trabalho familiar na lavoura por ano – concentrado no *tempo das águas*, de setembro a maio – mais caça, pesca e coleta. No restante do ano seria ou não contratado de acordo com a conveniência do fazendeiro, conforme sua habilitação e a avaliação que seu trabalho recebia. Quando o agregado não se ocupava nas suas próprias lavouras – parte do *tempo das águas* e principalmente de maio a setembro, tempo da seca – era a época em que a fazenda demandava mais trabalho para roçada nos pastos, novas derrubadas, conserto de cercas, *fábrica* de

¹² Fontes: Borradores das fazendas (ms.); “Feijão de si mesmo” é sinônimo de autoconsumo no Jequitinhonha; sobre produtividade agrícola, ver Cathoud (1936), Castaldi (1957), Ribeiro e Galizoni (2000) e Mazoyer e Roudart (2010).

rapadura, aguardente e farinha. O serviço durava *seca e s'água*, como se diz na região.¹³

Os registros da fazenda Córrego Seco mostram isso. Os agregados se ocupavam em suas próprias lavouras nas *águas*: plantio, capina e colheita; só a derrubada era feita em maio-junho. A fazenda demandava mais trabalho entre maio e setembro, na seca. Mas, no correr do ano, as contratações eram irregulares. Com o agregado, a força de trabalho podia ser contratada de forma intermitente. Em 1959 as contratações variaram de 20 serviços em janeiro, 142 em fevereiro, 120 em julho, 64 em agosto; em 1955, foram 86 serviços em maio e 184 em junho.

A quantidade de contratados pelo fazendeiro variava também porque a fazenda dispunha de um número de agregados muito superior à sua maior demanda por trabalho. Nas fazendas Araguaia, Sul América e Córrego Seco, o número de contratados atingiu no máximo 25% do total dos agregados homens. Além disso, eles eram sujeitos aos arranjos feitos pelos fazendeiros que acordavam entre si condições de trabalho, duração da jornada e pagamento, que num mesmo serviço era diferente de acordo com habilidade, idade, sexo e qualificação do trabalhador. A menor remuneração era dos filhos de agregados, considerados aprendizes, cujo trabalho era aceito como favor e oferecido como obrigação.¹⁴

A fazenda nunca precisava impor o contrato de serviço. Antes, contratava o trabalhador selecionado que nunca era um jornaleiro qualquer, mas sim um sujeito preciso:

¹³ Sobre o consumo de trabalho necessário para sustentar uma família rural, ver Ribeiro e Galizoni (2000).

¹⁴ Fonte: Borradores das fazendas Araguaia, Sul América e Córrego Seco; José Pedro dos Santos dizia que fazendeiros escolhiam quais agregados colocariam em seu serviço: “– Parece que eles eram coligados.”

o seu agregado, preso nos laços da reciprocidade e do trabalho personalizado. Mesmo o oficial artífice – seleiro, serrador, valeiro – estava à disposição para o trabalho eventual porque também para ele o sustento era assegurado pela condição de agricultor. O trabalho era eventual para um trabalhador que estava com tulha cheia, alimento garantido e buscava somente um complemento no serviço da fazenda, que desfrutava desse estoque de trabalhadores autoabastecidos. Eles supriam demandas por trabalho que eram seletivas, incertas, sazonais e, como seriam interpretadas depois, avaras.

O pessoal que formava as turmas em serviço variava muito. Nos registros da fazenda Córrego Seco, os trabalhadores mais regulares ficavam em média seis meses contínuos no serviço; depois sua presença rareava, substituídos por outros, mais frequentes. Às vezes, anos depois, algum antigo trabalhador regular voltava a se apresentar diariamente e, de novo, ficava meses no serviço. Mas era rara a frequência contínua: excetuando vaqueiro e serviçais de casa e quintal, sempre estáveis, o caso de maior continuidade foi um agregado que trabalhou por 20 dias quase seguidos em novembro de 1955. A frequência média mensal em toda a década de 1950 para um só trabalhador foi 7,73 dias de serviço alternados nos seis meses de seca (abril a setembro) e 10,54 dias de serviço alternados no *tempo das águas*.¹⁵

¹⁵ A pequena variação da ocupação entre *seca* e *s'água* ocorria por conta da *fábrica* de rapaduras e das lavouras de *lubrina* (fevereiro-abril) e *santana* (junho-julho), comuns naquele tempo. A fazenda Córrego Seco ocupou em média mais de 20 pessoas por dia nos anos 1950; o trabalhador recebia café, almoço, merenda e janta, parando uma hora para almoço e meia hora para merenda; como o serviço ia de 6 às 18 horas, era jornada de 10 horas. Havia empreiteiros para pastos, cercas, derrubadas e valos, e outros artífices especializados: seleiros, carapinas, ferreiros (José Santana Guedes, entrevista). As fazendas Araguaia, Gameleira e Jatobá, maiores, empregaram ainda mais no mesmo período.

Os registros meticulosos da Araguaia revelam a mesma oscilação: ajustes de serviços espaçados às vezes por dois ou três anos. A ficha de Clemente Xavier apresenta contas de serviços prestados por um ou dois meses por ano, durante vários anos; Deodato Honório, valeiro, fazia serviços de vez em quando, mas a fazenda fornecia constantemente a ele mantimentos, rapadura, fumo, sal, querosene e café. Em 1951, o agregado Américo Azeredo comprou regularmente gado da fazenda, pagou à vista, a prazo, em dinheiro, em mantimentos, ou pagou a terceiros acertando contas do fazendeiro. Na mesma época, Antônio Salineiro, por serviço no cafezal, recebeu rapaduras, dinheiro e um burro arreado: seu saldo ficou devedor e ele pagou com aceiros de cercas, café, feijão, dinheiro e dias de serviço cotados a Cr\$ 10,00 – em torno de 1/3 do preço do dia de salário mínimo regional vigente. Antônio Carreiro, agregado especializado como seu apelido revela, teve por anos uma conta de café pendente; comprou da fazenda “um quarto de boi, espinhaço e barrigada”, vários carneiros, mas seu dia de serviço valia mais: Cr\$ 30,00; Bitá, seu irmão e *candeeiro* – guia de bois de carro –, recebia por dia Cr\$ 5,00, e nunca em dinheiro, pois os pagamentos eram quitados com animais, roupas e alimentos. A fazenda adquiria dos agregados alguns bens – porcos, mantimentos, farinha, animais, achas, lenha – e vendia outros: porcos, mantimentos, farinha, animais, rapadura, carneiros, café, carne, querosene; tudo era anotado e pendente por anos seguidos. Assim também são as contas das fazendas Gameleira e Sul América.

Os fazendeiros acertavam os ajustes de serviço de acordo com normas costumeiras. Raramente pagavam em dinheiro; geralmente em espécie, usando bases definidas para toda uma zona, que estabeleciam o valor do dia de

serviço em mantimentos, dependendo do produto, da época, do serviço, do trabalhador e da sua habilitação. No Jequitinhonha dos anos 1950, um dia de serviço médio – para trabalhador masculino, adulto, contando alimentação: *livre* – equivalia a duas *medidas* de farinha, ou duas *medidas* de feijão, ou um quilo de toucinho; na época de *fábrica* equivalia a meia rapadura; uma enxada valia 10 serviços. Em Carlos Chagas, nos anos 1940, um dia de serviço era trocado por três litros de *farinha* ou um quilo de toucinho.¹⁶

O trabalho dos agregados era consumido pelas fazendas nas suas muitas atividades, mas a maior parte da produção desse complexo era usada no seu próprio consumo. Apenas uma parte pequena era vendida em outros mercados. A fazenda Córrego Seco, por exemplo, produzia muitos porcos. Suas anotações revelam que, na média, o autoconsumo de porcos do criatório atingiu 34% nos anos 1950 e 1960; nos anos 1970 essa média caiu para 21%; o autoconsumo mínimo de porcos nas décadas 1950 e 1960 foi de 17%, o máximo de 58%, e a moda 22%: geralmente a fazenda consumia um em cada cinco porcos gordos, que eram sua principal fonte de receitas. O valor das vendas de feijão, rapadura e gado não atingiam 20% das receitas das vendas de porcos. Nos anos 1950, a fazenda empregou

¹⁶ Fontes: José S. Guedes, Benvinda Ribeiro, Diniz V. A. Coutinho; uma *medida* corresponde a 2 litros. Esses pagamentos em espécie só vieram a ser considerados baixos nos anos 1970, quando agregados puderam se basear nos salários pagos em São Paulo; então, consideraram a *homenagem*, a remuneração pelo trabalho, como *mixaria* ou *tutameia*. Essa crítica era sinal da crise, indicava exploração relativa e não absoluta, e deve ser relacionada à integração dos mercados e à dissolução da agregação; ver Amaral (1988) e Moura (1988).

em média 20,53 trabalhadores por dia e sua receita média em dinheiro foi de 19 salários mínimos – ano. Portanto, se o trabalhador tivesse sido pago em dinheiro – dado o valor da diária na região na época: entre metade e um terço do preço do dia de salário mínimo regional, *cativo*, sem alimentação – as receitas dessa fazenda não cobririam três meses de ocupação.¹⁷

As trocas internas absorviam grande parte da produção. A fazenda consumia muito mantimento para preparar os alimentos para suas turmas de *camaradas* – os diaristas –, e os pagava com rapadura, mantimento, toucinho e farinha que eles mesmos produziam. Produzia para consumir com a produção: o agrego criava um “mercado” fechado de trabalho junto com um “mercado” interno de trocas. O fazendeiro se mantinha com suas próprias roças e era, como os agregados, um lavrador, embora fosse lavrador com trabalho alheio, e também vendedor de madeira, lenha, produtos de coleta, às vezes negociante de manufaturados na fazenda. A comparação das vendas com o resultado das lavouras, criação e extração revela que essas fazendas chegavam a colocar em mercados externos no máximo 10% da sua produção. Em algumas delas, e principalmente depois dos anos 1940, gado de corte começou a se transformar num bom negócio, que prosperou sem transformar essa estrutura de produção e consumo internos. Ao contrário, se apropriou dessa organização e foi a partir dela que as fazendas do Mucuri e Baixo Jequitinhonha formaram alguns dos melhores e mais produtivos plantéis brasileiros de zebu na primeira metade do século XX. A pecuária se expandiu, mas, até a década de 1960, o gado ocupava menos de 5% do pessoal

¹⁷ Os dados sobre salário mínimo estão em DIEESE (1993).

contratado nessas fazendas, chegava a representar no máximo 50% das vendas e geralmente correspondia à quase totalidade das receitas líquidas. O capital se acumulava em patrimônio no emaranhado de negócios – *rolos*, como ainda se diz na região – que envolviam bens, gado e alimentos, que se transformavam em mais terra, ocupada com mais agregados, mais produção e mais negócios *enrolados* em prazos dilatados, pagos com alimentos, gado, bens; raramente com dinheiro.¹⁸

A correspondência da fazenda Jatobá mostra como o dinheiro era regulado nos tratos. O encarregado escrevia quase diariamente ao fazendeiro relatando o andamento da fazenda. “Meu padrinho e patrão Germano...”, começava, sempre, o gerente Joaquim. Seguiam notícias sobre parições, doenças, apartações, lavouras, movimento de moradores, empreitas. Joaquina, sua mulher, cuidava do *terreiro*, das galinhas, do pomar e da casa da sede e enviava, junto com a carta, seu bilhete, regular, para a dona fazendeira: “Madrinha Tina...”¹⁹

Acertos com trabalhadores eram um tema frequente nas cartas de Joaquim, mas as referências a pagamentos em dinheiro eram cheias de escrúpulos, como se os diaristas se envergonhassem de precisar dos pagamentos. Os pedidos não se referiam a semana, mês ou qualquer período regular de tempo: eram acertos em prazos longos – de meses – numa época em que as matas se

¹⁸ Martins (1979) e Sallum Jr. (1982) analisaram processos semelhantes de articulação entre trabalho não assalariado e reprodução capitalista na cafeicultura. Segundo Martins ocorria uma “produção capitalista de relações não capitalistas de produção”. Sobre a pecuária da região, ver Maia (1936) e Sol (1981).

¹⁹ Correspondência de Germano Cunha Mello, fazendas Jatobá e Butequim, Teófilo Otoni, 1959-1961.

acabavam, a produção de autoconsumo ficava mais difícil para o trabalhador e a necessidade de dinheiro se tornava mais premente. Os acertos eram feitos aos poucos, como um favor pedido. Joaquim escreveu: “José mandou pedir ao senhor 50 cruzeiros, mas é se o senhor puder.” E: “Peço se possível o senhor mandar 20 cruzeiros para mim.” Ou: “O Velho manda pedir ao senhor 60 cruzeiros para ele comprar roupa, pois ele disse que está precisando.”

Joaninha colocava na sua correspondência os laços pessoais em primeiro plano: pedia a benção, depois descrevia o trabalho do dia, o estado dos bichos de terreiro. Mas era muito zelosa ao tratar de dinheiro. Os pagamentos eram relacionados a fatos consumados: “Peço se possível a senhora mandar para mim 15 cruzeiros para eu poder pagar comadre Laurinda uma goma que eu já comprei na mão dela.”

Quando sentiu o peso do serviço, Joaninha colocou uma senhora idosa no trabalho. Dava notícia disso à madrinha nas cartas, descrevendo os bons serviços gratuitos: como ajudava, como era caprichosa, mas não tocava no assunto pagamento. Depois, criada a situação de fato, Joaninha pediu à madrinha um pagamento em espécie para a senhora, e deveria “se possível mandar para ela três metros de pano para fazer um vestido e dois metros de morim para fazer uma anágua e um lenço, porque ela disse que não tem outra roupa para trocar a que ela está vestida.”

Considerações como essas, sobre pagamentos, aparecem com frequência nas contas e cartas. Mas é arriscado concluir que a fazenda retinha força de trabalho apenas para remunerá-la a baixo preço. O ajuste eventual de

trabalho era uma das muitas relações que a fazenda estabelecia com uma parte do *seu* povo. Com a maior parte dele, inclusive, não havia sequer o trato do trabalho, e sim trocas – favores, bens, compadrio, meação, empréstimo e outras relações, inclusive sexo – que cimentavam uma mistura de escambo, trabalho familiar, emprego e dependência. Nos momentos, às vezes breves, em que a fazenda os empregava, revelava como era seletiva para arregimentar pessoal.

Nem sempre, porém, essa influência bastava para disciplinar agregados. Nos registros da Córrego Seco, Sul América e Araguaia, nos depoimentos sobre as fazendas Ypiranga (Joaíma), Pedra Riscada (Carlos Chagas), Nicarágua (Jequitinhonha) e Currais (Almenara) são muitas as referências a agregados que não cumpriam tratos: fugiam para fintar contas, incendiavam pastos, vendiam madeira escondido, usavam animais do fazendeiro. Esses eram, também, costumes de fronteira, de uma sociedade não sedimentada, cuja população fluida usufruía dos recursos. O fazendeiro costumava resolver esses casos usando seu prestígio e autoridade, apelando para a ritualidade das relações. Como o rito era parte do mando, o fazendeiro transformava o prestígio pessoal em recurso de gestão: exemplava, pressionava, concedia, perdoava e expulsava, no resguardo do escritório ou no exibido da varanda, conforme o caso. Mas os agregados produziam ao sabor da natureza, regulavam suas lavouras e, embora o poder pessoal fosse recurso potente, às vezes era insuficiente para discipliná-los. Apesar de bênção, dádiva e proteção serem mecanismos necessários para manter a solidez das relações, nunca foram suficientes; elas continuavam sendo profundamente desiguais e opções como a

mudança, a fronteira e a emigração estiveram presentes enquanto durou a agregação.²⁰

Dinâmica do agrego

Agregado não era empregado, embora às vezes pudesse sê-lo; não era vigia de extremas de fazendas, mas empunharia a carabina caso fosse necessário; não era apenas morador, pois mantinha com o fazendeiro uma relação vertical e ritualizada, mesmo que às vezes fosse de curta duração. Mas é assim, entre negativas e aproximações, que pode ser descrita a agregação, porque enquanto existiu era tão banal que não merecia atenção e, depois que desapareceu, seu entendimento foi turvado, pelo conflito ou pela boa lembrança. Depois que desapareceu, a agregação pôde ser confundida com servidão, colonato ou assalariamento, porque as fontes descrevem sobretudo mando, morada e trabalho. Mas a dinâmica da relação revela sua especificidade.

Quando era aceito nas fazendas, o agregado construía a casa ou a recebia do fazendeiro, derrubava mata ou capoeira para fazer suas lavouras, extraía e caçava, usava a seu critério o produto do seu trabalho nos limites do trato, da casa, do *terreiro* e da roça. A fazenda recebia moradores que eram, em graus maiores ou menores, produtores

²⁰ Sobre conflitos em fronteiras, ver Tetteroo (1922), Carvalho Franco (1974), Dias (1984) e Martins (1997). Uso de prestígio pessoal nas relações de trabalho aparece em depoimentos de fazendeiros e agregados: José Santana Guedes (Córrego Seco), por exemplo, saía à noite e seus agregados o esperavam na sede da fazenda para ajudá-lo a apear, desarrear seu burro, tomar a bênção, e só então iam dormir. Joanhina (Jatobá) recebeu um recado com atraso e não pôde cumprir a ordem da fazendeira, foi repreendida e escreveu: “Madrinha, se a senhora ficou aborrecida e me escreveu que eu dei mau exemplo, a senhora vem, porque eu saio logo, eu não posso ficar aborrecendo a senhora.” (Germano C. Mello, ms.)

familiares: agregados mais e menos estáveis, vaqueiros, empreiteiros, parentes deserdados e artífices viviam sob um mesmo mando que impunha exigências diferentes. Como um produtor familiar, o agregado abrigava filhos e genros perto de sua casa e *embolava* com eles lavouras e criações. Podia acrescentar à sua família novos agregados, criando filhos dos outros, afilhados ou parentes que recebia sob sua proteção; evidentemente se servia do trabalho deles para produzir mantimentos. Como nas sociedades camponesas, agregados criavam redes vicinais de solidariedade, compadrio, parentesco e origem, dando um jeito de abrigar conterrâneos na vizinhança. Em quase todas as fazendas eles dispunham de terras *novas*, podiam fazer derrubadas, mudar o lugar das lavouras, plantar pomares e criar animais – estes, geralmente, até um limite fixado pelo fazendeiro.

José Pedro, agregado em Jequitinhonha, descreveu assim um seu pedido de agregação: “Eu falei: ‘– Ô seu Carlos, o senhor vai dar uma agregação p’ra’móde eu mudar pra sua fazenda? O povo lá em casa está muito doente, é um boqueirão.’ E ele falou: ‘– Você não vai cortar meus tapicurus?’ Porque nesse tempo tinha tapicuru. Eu falei: ‘– Não. Adonde for roça eu corto, adonde não for eu não corto não.’ Aí eu vim pra cá.”²¹

Essa organização da produção permitiu que alguns agregados formassem patrimônio e saíssem das fazendas

²¹ José Pedro em Ribeiro (1996: 44); ver depoimentos de agregados em Castaldi (1957), Moura (1988) e Ribeiro (1996). Ver definição de camponês em Wolf (1976) e Martins (1981). Agregados recebiam visitas sem restrições (Castaldi, 1957; Moura, 1988); enfrentavam desmandos de fazendeiros (Santos, 1970; Duarte, 1972); sobre uso comum de recursos, ver Martins (1981), Ostrom (2000) e Acheson (2000).

para seus próprios *terrenos* tangendo rebanhos, levando bens e pertences. Eunice Ribeiro (1957) escreveu que um agregado no Mucuri possuía 6 contos de réis em dinheiro, um paiol abarrotado e vivia desacomodado, com medo de ser roubado. Sônia Marcatto (1980) se referiu a um agregado dos índios Maxakali que possuía gado e roças e havia comprado duas fazendas. Os Andrés, Oto e Laurinda, entrevistados no Jequitinhonha, falaram de agregados que saíam da fazenda enriquecidos para abrir posses na mata da Bahia. Os patrimônios eram construídos com trabalho familiar, lavouras e negócios com animais.²²

Certamente essas histórias recebem mais destaque que merecem, pois, embora o acesso à terra *nova* pudesse garantir alimentação farta a agregados, documentos de fazendas revelam poucos deles formando patrimônios. Os registros da Araguaia e da Sul América permitem estimar quantos dos seus agregados adquiriram terra própria. Das 80 famílias da Araguaia, entre fixas e flutuantes, apenas quatro se firmaram em terra própria: total de 5,0%. A Sul América chegou a ter 40 agregados e 10 empregados; destes, seguramente três se tornaram sitiantes ou fazendeiros: total de 6,0%. Mesmo essa média de 5,5% de mobilidade para acesso à terra, dado o tamanho reduzido da amostra para a região, parece bastante alta.

Mas, como produtores familiares, agregados não careciam da mediação de fazendeiros para entrar nos mercados, comprar e dispor de bens, produção e criações. Durante toda a vida Antônio Bispo de Portugal levou, como dizia, sua *artezinha* para vender na feira da cidade; Zeca Figueiredo emigrou do sudoeste da Bahia, pousou com

²² Sobre patrimonialização de camponeses, ver Garcia Jr. (1983) e Schöreder (2004).

o primo agregado da Sul América, e de lá saía para trocar fumo por porcos no sul da Bahia; os agregados do Tamunhec viajavam três dias para ir à feira de Teófilo Otoni nos anos 1930.²³

Mas acesso a mercados e negócios ainda não são suficientes para caracterizar essas relações, porque fazendeiros costumavam distribuir o peso do mando de forma desigual entre agregados, com certa dose de arbitrariedade. Essas normas, certamente, poderiam ser mais corretamente definidas como discriminatórias: havia regalias para uns e interdições para outros, estabelecidas em função de distinções de origem, história, habilitação e preferência pessoal. Os tratos variavam de acordo com características e interesses pessoais, mudavam às vezes sensivelmente dependendo de fazendeiros, agregados, locais e tempos. Embora seguissem normas definidas pelo costume, os fazendeiros as adaptavam e a organização da fazenda dependia desses procedimentos, criando às vezes maior convívio para uns, maiores áreas para plantio de lavoura para outros, ou ainda restrições para extração para outros. Isso fazia parte do mando, definia a boa ou má fazenda, era o sistema da fazenda.

A principal distinção estava no parentesco. O morgadio, o herdeiro único, fazia parte da história das famílias fazendeiras da Bahia e do Alto Jequitinhonha. Nas matas do Baixo Jequitinhonha e Mucuri, fazendeiros costumavam receber parentes excluídos na herança da terra nas suas regiões de origem. Esses parentes sem terras, primos ou tios, tinham privilégios; o parente afazendado não partilhava a terra, mas dava preferências aos chegantes,

²³ Entrevistas de Antônio Bispo e Zeca Figueiredo; viagem dos agregados à feira, ver Paternostro (1937).

que podiam cercar grandes áreas para lavoura, montar comércio, contratar outros agregados para seu serviço, e que costumavam ser liberados do serviço da fazenda, que só fariam se quisessem.

A origem comum e a antiguidade da moradia eram também motivos para tratos diferentes. Décadas de convívio misturavam famílias de agregados e fazendeiros e a relação se tornava um quase parentesco pelo compadrio, ou parentesco de fato pelo casamento, ou parentesco de direito, quando era formada a *família particular* pelo amaziamento e apareciam filhos *naturais*, e os outros laços derivados. O convívio próximo era frequente entre famílias de fazendeiros e agregados que saíam juntas da Bahia ou do Alto Jequitinhonha. A teia de relações cimentava a fidelidade à casa de sede, e nessas intimidades cada agregado podia construir com a fazenda uma relação com mais regalias, e também com mais retribuições.²⁴

É possível diferenciar, por fim, agregados quase fixos – ligados à casa de sede por parentesco, conterraneidade, casamento, tutela, compadrio, especialização e intimidade sexual – daqueles muito móveis. Estes, eram ligados só ao costume do agrego e menos à história daquela fazenda; eram móveis porque a técnica de lavoura de toco forçava migrações, que se impuseram à fazenda, à paisagem e à história da região. No entanto, os limites entre permanência e mobilidade nem sempre podem ser determinados porque influíam também interesses circunstanciais do fazendeiro ou do agregado, oportunidades produtivas e estoques de recursos. Mudanças no sistema de produção, por exemplo, geravam novas ocupações, às vezes mais

²⁴ Depoimentos Durval Barbosa, Geraldo Figueiredo e Jason de Souza; ver Bacellar (1997) e Machado (2006).

especializadas, que redesenhavam as relações. A Araguaia implantou uma serraria nos anos 1950 e passou a oferecer serviço e qualificação aos agregados; nos anos 1960, a Sul América se especializou em gado de raça, careceu de mais vaqueiros e estimulou agregados a *botar* mais lavouras em áreas que seriam, depois, empastadas.

Mas, fixos ou móveis, parentes ou passantes, agregados eram sujeitos à ritualidade do mando. A relação era pautada pela cordialidade, bênção, cumprimento, conselho, sempre acompanhados do presente, da partilha, da assistência. O respeito faz parte das memórias escritas e das lembranças dos moradores das fazendas Ypiranga, Araguaia, Currais, Nicarágua, Lagoa Seca e Sul América. O agregado oferecia presentes: uma pequena quantidade de mantimentos – raízes de mandioca, um prato de feijão – um peixe ou fruta. Nada que fosse oneroso, nada que servisse para mais que uma das refeições da casa de sede, porque não se tratava de sustentar o fazendeiro que era, inclusive, cioso da sua própria capacidade de produzir mantimentos. E o fazendeiro retribuía, mas nunca dava algo muito maior que aquilo que recebera: rapadura, pó de café, quitandas. Os presentes trocados eram no máximo uma arte: cesto, vassoura ou esteira, por exemplo; as retribuições chegavam a ser no máximo um produto da indústria doméstica, um alimento. Mas o certo é que em toda visita haveria um presente, todo presente receberia retribuição e essa troca cimentaria laços, construiria a igualdade simbólica, ocultaria a dessemelhança fundamental, embutiria a obediência que confirmava o mando. Essa troca desigual existiu enquanto houve agregado, era a retribuição, contínua, pela concessão do fazendeiro, a terra para plantio – a base que sustentava o trato.

Antônio Bispo de Portugal contava que levava raízes de mandioca quando visitava o fazendeiro; recebia em troca alimentos. José Pedro contava que aos sábados os agregados da fazenda Nicarágua levavam agrados para o fazendeiro na cidade. Depois o fazendeiro “(...) mandava botar a mesa e saía caçando: ‘Cadê Fulano...? Não chegou? Ah, enquanto não chegar não pode comer, não!’ Chamava todos os agregados para almoçar na mesa, na casa dele (...), no sábado. Tudo junto, para uma feijoada, fazer uma *começão* igual.”²⁵

A rota do declínio

A agregação existiu por mais de um século na antiga fazenda do nordeste mineiro. Não foi, porém, a mesma relação ao longo desse período: por um lado, as fazendas instituíram novas exigências; de outro, os agregados se moveram de uma zona para outra, de uma a outra fazenda. Por fim, nos anos 1960-1970, fazendeiros denunciaram os fundamentos da instituição e restou aos agregados o caminho da cidade, numa época em que São Paulo contratava muitos trabalhadores e o mercado de trabalho urbano estava em franco crescimento, ou das novas fronteiras do sul do Pará ou de Rondônia. Mas, então, fazendeiros e agregados já não eram mais os mesmos personagens que haviam sido.²⁶

²⁵ As trocas rituais são citadas em cartas e notas de arquivos das fazendas Araguaia, Córrego Seco e Sul América; em fontes orais, principalmente José S. Guedes, Zeca Figueiredo e Diniz V. A. Coutinho; ver depoimentos de agregados em Moura (1988), Alves *et al.* (1993) e Ribeiro (1996).

²⁶ Sobre desagregação e migrações, ver Moura (1988) e Martine (1994). Brito e Souza (1995) notam que o conservadorismo, tanto quanto a modernização, provocou migrações do rural para o urbano; caso do Jequitinhonha e Mucuri nos anos 1970, regiões com grandes perdas de população no período.

Sempre houve tensão na relação aparentemente pacífica de agregação. As trocas e doações voluntárias depois foram relidas para destacar a exploração nos casos de conflitos que explodiram já nos anos 1970, ou para destacar a gratuidade na lembrança doce que sobreviveu ao agregado já nos anos 1990. Mas, como era relação muito desigual, a tensão nunca esteve ausente. É difícil, no entanto, encontrar registros de conflitos envolvendo terras ou interesses de fazendeiros e agregados antes dos anos 1960, e isso pode se dever tanto aos tipos de registros quanto à força do domínio que estava embutido na relação.

Apesar do uso comum da terra, da troca de presentes e doações, em algumas fazendas o mando carecia de ser imposto pela força. Parte dessa coerção desapareceu, porque não foi registrada, e os desmandos do fazendeiro foram perdoados pelas lembranças dos agregados. Mas os registros revelam os limites postos pela fazenda, muito evidentes às vezes, que aparecem na descrição que os antigos agregados fazem daquele paraíso, como sombra que tolda a boa lembrança, com as restrições já incorporadas à própria noção de liberdade. Mas raramente esse mando aparecia como imposição, porque ele era, sobretudo, habilidoso.

A fazenda concedia, mas também interditava e aí, realmente, a subordinação aparecia. As principais interdições diziam respeito às madeiras de lei, ao número de criações, à liberdade de derrubada e plantio – mantidas sempre dentro de limites que as diferenciavam da posse e do domínio. Quando a agregação caminhava para o fim, nos anos 1960, os recursos naturais minguaram e as interdições cresceram: o número de animais que o agregado podia criar foi limitado, foi proibida a coleta de lenha, o agregado

para os filhos se acabou, foi vetado replantar lavoura na mata ou capoeira derrubada. A ritualidade da concessão era parte do exercício do domínio: era o fazendeiro que autorizava as novas derrubadas e esta quase formalidade passou depois a ser usada como instrumento de restrição para dosar a oferta de dons a limites mais convenientes, para estabelecer a plena propriedade privada. Ao fim, o rito foi transformado em controle, a reciprocidade em prestação unilateral de serviço e a terra em equivalente de dinheiro.²⁷

Mas à medida que a fazenda impunha normas, os agregados reagiam. Em poucos lugares o conflito surgiu explícito e focado na propriedade. O domínio da fazenda sobre a terra era tão completo que seu controle não era colocado em questão, embora pareça que este devesse ser, afinal, o principal dos recursos em disputa. Na crônica do conflito aparecem mais as transgressões – fugas, roubos, desrespeito às ordens, queimadas – e o rompimento do trato hierarquizado que existiu até uma certa época. Zeca Figueiredo contava de agregados que se recusavam a trabalhar quando a fazenda solicitava; um agregado furtava gado da Araguaia e a Sul América registrou por anos seguidos os furtos de lenha; agregados da Córrego Seco paravam de acearar lavouras.

E existem casos mais discretos, por exemplo, como Geraldo Figueiredo, agregado na Sul América, que migrou para a Bahia – a *Bahiasinha*, como denominava o extremo sul.

²⁷ José Pedro agregara o filho mais velho no *seu* terreiro; os demais já não pôde agregar; Adelino Pereira contava que a maior limitação era proibir novas derrubadas; Arnaldo Ferreira dizia que, depois dos anos 1970, agregado não podia mais repetir *roça que já plantou*, ou seja, não podia aproveitar a segunda colheita numa derrubada já feita.

Foi, aparentemente, uma mudança corriqueira na época. Mas ele saiu mesmo por conta da *imposição*. Agregado, plantava na fazenda e negociava fumo, mas fora criando um *gadinho* que, no final dos anos 1950, chegou a 100 cabeças. Nessa altura, a fazenda *impôs*: agregado que criasse acima de 100 reses teria que dá-las ao fazendeiro na “meia”, com partição de crias; dessas, dizia Geraldo, a fazenda ficava com as melhores. Então, tocou seu gado para a mata da Bahia, alugou pasto, negociou, possuiu. Passou depois a ter terra, gado e seus próprios agregados.

O conflito estava já implícito na ordem e no trato, que raramente eram postos em questão, mas cuja fragilidade ficava às vezes muito evidente. As transgressões aparecem nos documentos escritos que retratam o momento sem ceder à flexibilidade da memória. Os borradores da Araguaia anotam agregados que fugiam e levavam bens dos outros, ou que eram mandados embora por desrespeitar a fazenda. Anotam serviços contratados e não cumpridos, empreitas que não foram terminadas, dívidas que não foram quitadas porque os devedores escapavam, inclusive para a fronteira agrícola ainda aberta no sul da Bahia ou no Contestado do norte do Espírito Santo, deixando pendentes suas contas: “Jovelino Barbosa – Em 15/12/52 fugiu para lugar ignorado por não querer buscar um café em casa de Hugolino.”

A manifestação mais evidente de ruptura era o deslocamento espacial, resultado de proibição de novos plantios que deveriam ser refeitos a cada ano por conta do *cansaço* da terra e do crescimento do número de pessoas que precisavam de alimentos. A espantosa capacidade do capim colônio para suportar gado e a integração dos mercados nacionais levavam fazendeiros a impedir

repetição de plantios no mesmo lugar. Buscando terras novas e acabando com elas, ao se mover, o agregado revelava a natureza destrutiva do sistema fazendeiro, pois o consumo de fertilidade seguido pelo empastamento impunha o movimento. A rota das migrações das famílias ao longo de gerações é a mesma do desmatamento que marcou a paisagem agrária da região.

A fazenda tinha um interesse restrito na mata, resumido às madeiras de lei, à lenha e à delimitação dos pastos – isso antes da disseminação do arame farpado. Mas o crescimento do mercado de boi gordo – integrado à Zona do Cacau e à Feira de Santana na Bahia e finalmente a Campos, no Rio de Janeiro – aumentou o interesse por formar pastos sobre lavouras abandonadas ao pousio. O agregado podia extrair recursos da fazenda quase sem restrições; a derrubada era serviço familiar e por isso sempre foi assegurada a cessão de terra de mata. Era parte da reprodução da unidade familiar, dependia dos estoques de florestas e era mediada pelo fazendeiro. O agregado aceitava a subordinação para dispor da terra nova, que liberava o agregado da limitação produtiva que ocorria com o *cansaço* da terra na posse velha e na pequena unidade familiar. Assim, o agrego na região pode também ser entendido como instituição passageira, associada à mudança de paisagens, migrações, estilos de domínio e regimes agrários, situada na transição da mata para os pastos, do extrativismo para a pecuária, do trato eventual de serviço para o trabalho assalariado, da posse transitória para a propriedade privada.²⁸

²⁸ Sobre mercados regionais, consultar Duarte (1976) e Sol (1981).

A mobilidade espacial dos agregados viabilizou a fazenda. A *fronteira* de matas da própria fazenda – o fundo de fertilidade disponível para agregados e fazendeiros – se acabou nesse século de emigrações, substituída por capoeiras e pastos que conformaram nova paisagem e permanecem como testemunhas eloquentes da mobilidade espacial e das técnicas empregadas nas lavouras. O ciclo de derrubada-queima-plantio-pousio transformou matas em lavouras, lavouras em chavascas, chavascas em capoeiras, que se transformariam em matas: mas aí, ao fim dessa história, a sucessão era interrompida porque as pressões do agregado por mais lavouras e do fazendeiro por mais pastagens impediram a conclusão do ciclo e determinaram o fim da mata atlântica.

O desmatamento domesticava a floresta com a força do fogo. A guerra à mata era feita pelo agregado móvel a quem a fazenda oferecia terra; do ponto de vista material, aliás, a fazenda não fornecia muito mais que isso; e a pouca resistência da mata atlântica ao fogo impunha a necessidade de mudança de agregados: a abundância de alimentos foi o prêmio, fugaz, colhido nesse ecossistema tão frágil. Os agregados se moviam e deixavam para trás uma terra transformada, que foi registrada desde a viagem de Saint-Hilaire em 1818 até o relatório de Arnaldo Cathoud em 1936, passando pelos registros de frei Samuel Tetteroo e Leopoldo Pereira nos anos 1910 e de Carlos Prates que, nos finais do século XIX, reparava que o plantio e a queimada reduziram, em menos de 50 anos, a mata no entorno de Teófilo Otoni a capoeiras. Em 1919, frei Samuel Tetteroo escrevia que o colônio invadia as terras desmatadas, mesmo nas pequenas posses; o frei profetizava, e veio a ter razão, que em pouco tempo aquelas terras só serviriam a fazendeiros. Poucos anos depois,

Cathoud viajou pelo Jequitinhonha e se assombrou com a velocidade que os pastos substituíram a mata atlântica.²⁹

A direção do movimento dos agregados pode ser percebida na ordem cronológica e geográfica de produção desses relatos. O deslocamento ocorreu nos sentidos interior-litoral e Norte-Sudeste: saindo do alto rio Pardo, do Sudoeste baiano e do rio das Contas para o baixo Jequitinhonha; do Araçuaí para o Mucuri; depois, do baixo Jequitinhonha e do Mucuri para o rio São Mateus, no Espírito Santo, e para o sul da Bahia, ao final, já nos anos 1950-70. Então, já estavam diante do Oceano Atlântico. O movimento acompanhou a mata e a fertilidade, produziu riquezas, fazendas e cidades; resultou dos recursos naturais, da fertilidade e do regime agrário. A rota de longa duração, portanto, se espelha nas histórias familiares de migração: o rumo do deslocamento de agregados das fazendas foi sempre o mesmo, a fronteira da mata, em deslocamentos sistemáticos e até coletivos. Por anos seguidos, grupos de agregados, com a mesma origem comum, faziam longas viagens. Conforme descreveu J. Duarte:

Há menos de 30 anos, levas de sertanejos vindas da Bahia transpuseram o Jequitinhonha, em verdadeiro êxodo, sem Moisés e sem maná, em busca de novas Canaãs anunciadas (...). Após dias e dias de sol inclemente, de chuvas impiedosas e de marchas martirizantes (...) atingiam a terra prometida, encontrando-a apropriada pelos mais espertos

²⁹ Ver Saint-Hilaire (1975), Cathoud (1936), Tetteroo (1919) e Pereira (1969). Segundo Carlos Prates (em Affonso, 1914: 28): “Durante viagem de Teófilo Otoni à Colônia, tive o pesar de ver que as florestas virgens (...) já se acham em parte devastadas principalmente pelo fogo; as cumeadas dos morros que antes eram cobertas de matas com árvores colossais já começam pela queima periódica a ser reduzidas a vegetação rasteira (...)” Ver também sobre agricultura na mata atlântica Dean (1995) e Pádua (2002).

que lhes alugaram os braços e a força que lhes restavam para abertura de novas fazendas. Atiraram-se ao trabalho na esperança da fartura provinda das roças imensas dos patrões que lhes permitiam a planta de mantimentos no primeiro ano, antes do colônio tomar conta do terreno; assim, a vida dos migrantes melhorou, afugentaram a fome dos seus lares pobres. Como tudo tem fim, depois de empastada a região, “mato acabou” e com ele a fartura (...). Abertas as fazendas, foram dispensados quase todos os agregados e a marcha da fome, apenas interrompida, foi reiniciada sem rumo certo, sem Canaã. (DUARTE, 1976:34).

Esses emigrantes carregavam uma história comum, originada às vezes na tribo extinta, na fazenda baiana, no esgotamento das terras nos altos do Jequitinhonha, nos laços retrançados por casamentos e associações construídas na migração. Viajavam em grupos por conta de *doenças na água*, por *cansaço das terras, seca*, porque o gado comera a roça, ou porque o fazendeiro *usurava* ou *impunha*, pela precisão de encontrar parentes ou buscando a terra sem males.

Muitos autores relataram esses deslocamentos, mas poucos deles se perguntaram por que o grupo migrava unido. Parece que somente Carlo Castaldi, estudando o surto místico no Mucuri, explorou o assunto: notava que as relações do grupo eram solidificadas pela necessidade de cooperação na mata e daí vinham seus vínculos. Ele relacionou o movimento espacial com a impossibilidade de continuar cooperando, pela distância ou esgotamento das lavouras e pelo fim das derrubadas. Assim, não só apontou um sentido para o movimento espacial do agregado, mas também percebeu nos grupos uma sociabilidade construída no percurso comum. No caso estudado por ele, a fazenda empurrou posseiros para a

agregação; depois, agregados na fazenda, se reuniram em grupo coeso. Esse movimento, Castaldi explicou, tendia a ser tão frequente quanto aquele dos camponeses em busca de terras *novas*, com a diferença fundamental de que a mobilidade espacial dos agregados teria que ser sempre sob o domínio da fazenda.

O conflito, afinal, só explodiu já nos fins da mata e da relação de agrego, opondo em armas posseiros, agregados e fazendeiros. No Contestado capixaba, a luta foi animada pela liderança messiânica de Udelino de Matos que carregava um caderno com as armas da República e a bandeira do Divino à frente dos 500 milicianos que estavam empenhados em fundar o novo estado, a “União de Jeová”. No sul da Bahia, o conflito envolveu jagunços, madeireiros, agregados e posseiros que buscavam as últimas florestas já perto do oceano.³⁰

Mas o deslocamento espacial não ocorreu por igual. O peso do mando ou a instabilidade da abundância eram acicates que obrigavam ao deslocamento pelo espaço, refazendo sempre a mesma técnica de produção, mas não necessariamente as mesmas relações de apropriação e domínio fundiário, e as possibilidades de variação em torno de posse ou agrego foram se tornando menores à medida que o século XX avançava, pois o elemento fundamental para manutenção da agregação não era apenas a fazenda ou um determinado fazendeiro: antes, eram os recursos naturais e a terra livre, que atraíam moradores e explicaram seu movimento naquele espaço.

³⁰ Sobre o Contestado, ver Dias (1984); sobre o sul da Bahia, ver Timmers (1969), Santos (1970) e Koppen (1991).

Não por acaso esses movimentos espaciais produziam às vezes agrego, às vezes pequena unidade camponesa, que tanto se confundiram que ficaram sobrepostos. Desse modo, depois de anos passados, quando os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos anos 1980 buscaram as origens dos conflitos fundiários viram ressurgir do agregado em luta o posseiro *incluído*, o índio *capacitado* e o quilombo incorporado pela fazenda. Como, a partir dos anos 1950, esses deslocamentos prosseguiram também no rumo de São Paulo, da capital de São Paulo depois dos anos 1960, rumo ao Pará e à Rondônia nos anos 1970, o emprego na construção civil e as lutas por terra na Amazônia foram continuidades dessa história, com os mesmos personagens subordinados, as mesmas identidades elididas e a mesma, perpétua, busca por fronteiras.

Fontes e literatura citada

Fontes primárias manuscritas

Borradores de Contas-Correntes Fazenda Córrego Seco, 1948-1983, Novo Cruzeiro; Borradores de Contas-Correntes Fazenda Sul América, 1943-1964, Itaobim; Contas-Correntes Fazenda Gameleira, 1917-1939, Araçuaí; Contas-Correntes Fazendas Jatobá e Butequim, 1960-1970, Teófilo Otoni; Controles de Agregados Fazenda Araguaia, 1946-1958, Carlos Chagas; Correspondência de Germano Cunha Mello, 1950-1970, Teófilo Otoni.

Entrevistados

Adelino Pereira, ex-agregado, Carlos Chagas; Antônio Bispo de Portugal, ex-agregado, Almenara; Arnaldo Ferreira, agregado, Fronteira dos Vales; Benvinda M. Ribeiro, fazendeira, Carlos Chagas; Diniz Vieira de Azeredo

Coutinho, fazendeiro, Carlos Chagas; Durval Barbosa, sitiante, Pavão; Geraldo Figueiredo, sitiante, Chumbo (BA); Jason de Souza, fazendeiro, Águas Formosas; José Pedro dos Santos, ex-agregado, Jequitinhonha; José Ribeiro de Figueiredo, Zeca, ex-agregado, ex-gerente de fazenda, fazendeiro, Itaobim; José Santana Guedes, fazendeiro, Novo Cruzeiro; José Santos de Oliveira, Zé Curralinho, ex-empregado, ex-gerente de fazenda, fazendeiro, Teófilo Otoni; Laurinda André, sitiante, Jequitinhonha; Moisés Gonçalves, fazendeiro, Pavão; Oto André, sitiante, Jequitinhonha.

Referências bibliográficas

- ACHESON, A. Clearcutting Maine: implications for the theory of common property resources. *Human Ecology*, v. 28, n. 2, 2000.
- AFFONSO, J. *Seleção de prosadores mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.
- ALBINO, W. *Perspectivas atuais da economia mineira*. Belo Horizonte: Seminário de Estudos Mineiros, 1956.
- ALVES, M. A., MOURA, M. M., LACERDA, S., ARAÚJO, M.T., COVO, P. E., GRAZIANO, E. *Vicente fala: uma mão na terra outra no coração*. Rio de Janeiro: AJUP, 1993.
- AMARAL, L. *Do Jequitinhonha aos canaviais*. Dissertação (ms), UFMG, Minas Gerais 1988.
- BACELLAR, C. A. P. *Os senhores da terra*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.
- BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. In _____ *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: TA Queiroz, 1979.
- BRITO, F. e SOUZA, J. de . Os emigrantes, Minas no contexto das migrações internas no Brasil. Diamantina, *Anais do VII Seminário sobre a economia mineira*, 1995.
- CARVALHO FRANCO, M. S. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

- CASTALDI, C. A aparição do Demônio no Catulé. In: PEREIRA DE QUEIRÓZ, M. I., *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.
- CATHOUD, A. Os bacuês de Imburana. *Boletim do Museu Nacional*, 12 (3-4), Rio de Janeiro, 1936.
- CULTRERA, S. (ofm). *Una missione fra i selvaggi del Brasile*. Catania, 1910.
- DEAN, W. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura brasileira*. São Paulo-Campinas: Ícone-Edunicamp, 1985.
- DIAS, L. N. *Massacre em Ecoporanga/ lutas camponesas no Espírito Santo*. Vitória: 1984.
- DIEESE/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos. *Anuário dos Trabalhadores* 1993. São Paulo: DIEESE, 1993.
- DINIZ, C. C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte. UFMG-PROED, 1981.
- DUARTE, J. *Vultos sem história*. Belo Horizonte, 1972.
- DUARTE, J. *O fogo e o boi*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1976.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- KOPPEN, H. (ofm). *Nossas paróquias: Caravelas, Alcobaca e Prado (BA) nos últimos 25 anos do comissariado franciscano de Santa Cruz - 1925 a 1950*. Belo Horizonte, 1991.
- LINHART, A. M. G. M. Êxodo rural, fazendas e desagregação. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 19, out. 2002.
- MACHADO, C. O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. v. 23, n. 1, jan./jul. 2006.
- MAIA, E. S. *Impressões de viagem de Belmonte a Araçuaí*. 2a edição, Taubaté, 1936.
- MARCATTO, S. A.; RUBINGER, M. M.; AMORIM, M. S. *Índios Maxacali: resistência ou norte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.
- MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista Brasileira de Estudos de População* 11(1) jan./jul. 1994.

- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. *Fronteiras*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo*. São Paulo/UNESP; Brasília-NEAD, 2010.
- MOURA, M. M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988
- OLIVEIRA VIANNA. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.
- OSTROM, E. *Private and common property rights*. 2000. Disponível em www.indiana.edu/~iascp/information.html. Acessado em 26/08/2003.
- OTTONI, T. B. Notícia sobre os selvagens do Mucury. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. XXI, 1858.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PALAZZOLO, J. *Nas selvas dos vales do Mucury e do Rio Doce*. 3ª. edição, revista. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.
- PATERNOSTRO, J. Padrão de vida em Minas Gerais. Inquérito sobre o modo de viver dos camponeses numa área do norte do Estado de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 39, 1937.
- PEREIRA, L. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- POTÉ, J. de. *Semear esperanças*. Belo Horizonte: O Escriba, 1996.
- QUEIRÓZ, M. I. P. *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- RIBEIRO, E. M. *Lembranças da Terra*. Contagem: CEDEFES, 1996.
- RIBEIRO, E. M. e GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H. e COSTA, H. (orgs.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Senac, 2000.
- RIBEIRO, E. T. A difusão do adventismo da promessa no Catulé. In: QUEIRÓZ, M. I. P., *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Anhembi, 1957.

- SAINT-HILAIRE, A. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte/Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1975.
- SALLUM Jr. B. *Capitalismo e cafeicultura*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SANTOS Fo., L. *Uma comunidade rural no Brasil antigo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.
- SANTOS, P. R. *Pioneiros de Águas Formosas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- SCHRÖDER, M. As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. In: ABRAMOVAY, R. *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Anna Blume-Fapesp, 2004.
- SOARES, G. C. *Os Borun do Watu - os índios do Rio Doce*. Contagem: CEDEFES, 1992.
- SOL, O. F. *Salto da Divisa e outras considerações*. Belo Horizonte: 1981.
- SUAREZ, M. Agregados, parceiros e posseiros: a transformação do campesinato no Centro-Oeste. *Anuário Antropológico/80*. Fortaleza: Edições UFC-Tempo Brasileiro, 1982.
- TETTEROO, Frei S. (ofm.). *Memória histórica e geográfica do município de Jequitinhonha*. Teófilo Otoni: Tipografia São Francisco, 1919.
- TETTEROO, Frei S. (ofm.). *Notas históricas e corográficas sobre o município de Teófilo Otoni*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.
- THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TIMMERS, Frei O. (ofm.). *O Mucury e o Nordeste Mineiro no passado e o seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por frei Olavo Timmers*. Belo Horizonte: manuscrito, 1969.
- WIRTH, J. D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- WOORTMANN, K. Cum parente não se neguecia O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*. Brasília: Editora UNB - Tempo Brasileiro, 1987.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2010, vol. 18, n. 2, p. 393-433, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais*). Este artigo analisa a agregação nas fazendas dos vales do Mucuri e Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, entre 1890-1970. Investiga sua dinâmica e costumes, o trabalho rural e a mobilidade espacial e social dos agregados, mostrando a importância dos recursos naturais, da fronteira agrícola e das trocas que ocorriam na própria fazenda.

Palavras-chave: história rural, ambiente, recursos comuns, agricultura familiar, Minas Gerais.

Abstract: (*Households and farms in the northeast of Minas Gerais*). This article examines semi-feudal production relations of “*agregados*” on the farms of the valleys of Mucuri and Jequitinhonha, in the northeast of Minas Gerais, between 1890/1970. It investigates their dynamics, customs, rural labor and social and spatial mobility of households, showing the importance of natural resources, the agricultural frontier and trade that occurred on the farm.

Key words: rural history, environment, common resources, family agriculture, Minas Gerais.